

Langoni acha que conversão está limitada

A conversão da dívida externa em capital de risco pode promover a recuperação do investimento privado no País. A opinião é do ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, para quem essa medida poderia ser seguida de mecanismos de corte do déficit público, de forma a reduzir a participação do governo na economia. No entender do economista da Fundação Getúlio Vargas, o projeto de conversão aprovado na semana passada pelo CMN representa uma vitória contra a visão retrógrada de alguns políticos, mas possui itens que o tornam ainda muito limitado.

Para Langoni, há pelo menos dois pontos que precisam ser discutidos. A obrigação dos bônus como único veículo para o capital de risco é um desses complicadores, afirmou. "Ele mistura conversação com conversão, dois assuntos que devem ser tratados separadamente. A conversão só será iniciada no Brasil quando a liquidez estiver assegurada e garantido o pagamento dos juros da dívida."

O outro ponto limitante para a conversão, segundo Langoni, se refere à não-distinção com que foram tratados os créditos, "ou seja, os comprados e os da conversão feita com recursos próprios dos bancos credores. No primeiro caso parece legítimo usar leilão para apropriar uma parte do deságio, mas no segundo caso, que pode ser a parcela preponderante desse processo de conversão, não me parece correto a aplicação de desconto".

Entende que o deságio não é propriedade de ninguém, mas sim do banco que expõe o crédito e quer mantê-lo a preço mais baixo. "Os compradores que assumam os riscos. Se isso fosse melhor compreendido, não haveria necessidade dos bônus." Segundo Langoni, a conversão da dívida para multinacionais também está regulada de forma muito limitada.